



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Campus Cuiabá
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Serviços Comuns de Engenharia - Licitação
Processo Administrativo nº 23194.002601.2023-27

Cuiabá-MT, 20 de dezembro de 2024.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para modernização da infraestrutura de rede lógica/cabeamento estruturado do IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - IFMT - CAMPUS CUIABÁ - CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSERV	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM (R\$)
1	4654	ORSE	LOCAÇÃO DE CONTAINER - ALMOXARIFADO SEM BANHEIRO - 6,00 X 2,40M - REV 02_02/2022	1627	MES	6	1.000,00	6.000,00
2	91677	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1627	H	480	122,67	58.881,60
3	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1627	MES	6	6.571,22	39.427,32
4	98305	SINAPI	RACK FECHADO PARA SERVIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	1	2.802,16	2.802,16
5	8460	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE PAREDE 19" X 16U X 450MM	1627	UN	58	932,50	54.085,00
6	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	100	1.278,62	127.862,00
7	SPS CPU 113	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 2,50 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	200	236,47	47.294,00
	SPS		PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES,					

8	CPU 114	Próprio	EXTENSAO DE 1,50 M- AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	460	205,18	94.382,80
9	98304	SINAPI	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	14	3.927,10	54.979,40
10	01CP	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 3,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	100	302,65	30.265,00
11	02CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 0,3M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	60	119,27	7.156,20
12	03CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 5,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	100	283,93	28.393,00
13	SPS CPU 71	Próprio	CONECTOR FEMEA PARA RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	4838	33,21	160.669,98
14	98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	M	65000	14,32	930.800,00
15	04CP	Próprio	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6A - AF_11/2019 (BASEADO SINAPI 98302) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	100	3.576,98	357.698,00
16	SPS CPU 134	Próprio	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019 - REF. 983304/SNAPI	1627	UN	14	4.571,98	64.007,72
17	SPS CPU 115	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6A UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 2,50 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	200	531,27	106.254,00
18	SPS CPU 116	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6A UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 1,5 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	460	476,77	219.314,20
19	05CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6A 4 PARES 3,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	100	681,27	68.127,00
20	06CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6A 4 PARES 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	60	317,00	19.020,00
21	07CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6A 4 PARES 5,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	100	300,02	30.002,00

22	SPS CPU 117	Próprio	CONECTOR FEMEA PARA RJ45 CAT 6A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1000	295,73	295.730,00
23	98298	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6A, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	M	41400	39,07	1.617.498,00
24	SPS CPU 72	Próprio	ORGANIZADOR DE 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	177	48,73	8.625,21
25	SPS CPU 75	Próprio	TAMPA CEGA 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	118	66,90	7.894,20
26	SPS CPU 76	Próprio	MÓDULO CEGO P/ PATCH PANEL - PRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	118	40,15	4.737,70
27	SPS CPU 73	Próprio	DISTRIBUIDOR INTERNO OPTICO DIO 24 FIBRAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	59	1.045,50	61.684,50
28	SPS CPU 77	Próprio	MODULO DE GERENCIAMENTO DE CABOS ÓPTICOS 24FO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	59	1.900,02	112.101,18
29	SPS CPU 78	Próprio	PAINEL ADAPTADOR ÓPTICO P/ 6 ACOPLADORES DUPLEX MULTIMODO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	59	917,68	54.143,12
30	SPS CPU 79	Próprio	PAINEL ADAPTADOR CEGO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	59	76,40	4.507,60
31	SPS CPU 80	Próprio	PIG TAIL 1,5M LC/LC MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1737	365,40	634.699,80
32	SPS CPU 81	Próprio	PATCH CORD ÓPTICO LC/LC 2M MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1737	637,52	1.107.372,24
33	SPS CPU 82	Próprio	KIT PARAFUSO E PORCA GAIOLA M5 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	174	28,97	5.040,78
34	08CP	Próprio	REGUA 19"" C/ 6 TOMADAS ELÉTRICAS, FUSIVEL E RABICHO DE 2,5M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	60	333,13	19.987,80
35	SPS CPU 83	Próprio	CAIXA DE PAREDE EXTERNA/ ESPELHO SNAP ON T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	85	377,25	32.066,25
36	714	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESPELHO PARA CAIXA VERTICAL 4" X 2" COM 02 SAÍDAS RJ-45 (KRONE OU SIMILAR)	1627	UN	920	7,50	6.900,00
37	SPS CPU 84	Próprio	CANALETA T45 PVC - AF_11/2019 - FORNECIMENTO	1627	UN	5482	226,06	1.239.260,92

			F INSTALAÇÃO					
38	SPS CPU 85	Próprio	CAIXA DE SUPERFICIE / ESPELHO SNAP ON - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	3130	448,65	1.404.274,50
39	SPS CPU 86	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ CANALETA T45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	5482	88,41	484.663,62
40	SPS CPU 87	Próprio	TAMPA P/ CANALETA T45 PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	5482	114,07	625.331,74
41	SPS CPU 88	Próprio	CURVA INTERNA P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	696	115,96	80.708,16
42	SPS CPU 89	Próprio	CURVA EXTERNO P/ CANALETA T45 PVC BEGE - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	342	105,46	36.067,32
43	SPS CPU 90	Próprio	DERIVAÇÃO "L" P/ CANELATA T45 PVC BEGE + TAMPA - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	200	121,80	24.360,00
44	SPS CPU 91	Próprio	TERMINAL DE FECHAMENTO P/ CANALETA T45 -AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	470	72,01	33.844,70
45	SPS CPU 92	Próprio	ACABAMENTO P/ ENTRADA EM TETO P/ CANALETA T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	385	344,20	132.517,00
46	SPS CPU 93	Próprio	LUVA DE EMENDA DA TAMPA P/ CANALETA T45 BR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	4000	197,06	788.240,00
47	SPS CPU 94	Próprio	RETENTOR DE FIOS P/ CANALETA T45 -AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	4000	108,66	434.640,00
48	SPS CPU 95	Próprio	ESPELHO 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	2474	91,46	226.272,04
49	SPS CPU 96	Próprio	CAIXA 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1237	409,88	507.021,56
50	SPS CPU 97	Próprio	CANALETA T70 PVC 2.00 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	1635	248,75	406.706,25
51	SPS CPU 98	Próprio	CAIXA DE SUPERFICIE / ESPELHO SNAP ON T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	36	410,98	14.795,28
52	SPS CPU 99	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ CANALETA T70 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	1635	74,83	122.347,05
53	SPS	Próprio	TAMPA P/ CANALETA T70 PVC - AF_11/2019 -	1627	M	1635	117,65	192.357,75

	CPU 100		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
54	SPS CPU 101	Próprio	CURVA INTERNA P/ CANALETA T70 PVC BEGE - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	70	161,27	11.288,90
55	SPS CPU 102	Próprio	CURVA EXTERNO P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	30	149,20	4.476,00
56	SPS CPU 103	Próprio	DERIVAÇÃO "L" P/ CANELATA T70 PVC BEGE + TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	29	498,50	14.456,50
57	SPS CPU 104	Próprio	TERMINAL DE FECHAMENTO P/ CANALETA T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	65	91,13	5.923,45
58	SPS CPU 105	Próprio	ACABAMENTO P/ ENTRADA EM TETO P/ CANALETA T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	36	256,27	9.225,72
59	SPS CPU 106	Próprio	LUVA DE EMENDA DA TAMPA P/ CANALETA T70 BR - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1600	75,02	120.032,00
60	SPS CPU 107	Próprio	RETENTOR DE FIOS P/ CANALETA T70 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1600	54,10	86.560,00
61	SPS CPU 108	Próprio	ESPELHO 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	460	109,31	50.282,60
62	SPS CPU 109	Próprio	CAIXA 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	460	406,27	186.884,20
63	SPS CPU 110	Próprio	DERIVAÇÃO "T" P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	48	12,52	600,96
64	SPS CPU 111	Próprio	MÓDULO CEGO P/ PATCH PANEL - BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	180	40,02	7.203,60
65	8359	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 100 X 50 X 3000 MM (REF.MOPA OU SIMILAR) COM TAMPA	1627	M	3162	44,87	141.878,94
66	SPS CPU 112	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ ELETROCALHA DE 100X3000 PZ - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	3000	120,36	361.080,00
67	4531	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA METÁLICA HORIZONTAL 90° 100 X 50 MM	1627	UN	54	36,28	1.959,12
			TERMINAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METALICA					

68	8318	ORSE	(REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	632	20,43	12.911,76
69	8113	ORSE	TÊ HORIZONTAL 100 X 50 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	70	32,91	2.303,70
70	SPS CPU 118	Próprio	ELETROCALHA - TE VERTICAL DE SUBIDA 100X50 CHAPA 20 - .FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	36	138,23	4.976,28
71	8443	ORSE	CURVA VERTICAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90° (REF.: MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	62	28,16	1.745,92
72	13181	ORSE	REDUÇÃO CONCÊNTRICA LISA ZINCADA 150 X 50MM PARA 100 X 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	8	33,28	266,24
73	9524	ORSE	TALA PLANA PERFURADA 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR) -REV 01	1627	UN	36	6,31	227,16
74	100861	SINAPI	SUORTE MÃO FRANCESA EM AÇO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	1627	UN	1500	42,73	64.095,00
75	725	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2" (REF. VL33 VALEMAM OU SIMILAR)	1627	UN	178	15,56	2.769,68
76	SPS CPU 119	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	290	99,08	28.733,20
77	SPS CPU 120	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM (1"), TIPO SEALTUBO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	200	215,43	43.086,00
78	SPS CPU 121	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 50 MM(1 1/2"), TIPO SEALTUBO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	110	116,85	12.853,50
79	11817	ORSE	BOX RETO EM ALUMÍNIO DE 1"	1627	UN	300	11,82	3.546,00
80	SPS CPU 122	Próprio	BOX RETO 1.1/2" UN - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	55	31,90	1.754,50
			ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO					

81	SPS CPU 124	Próprio	ELETROLITICO, SEMI-PESADO, DIAMETRO 1 1/2", PAREDE DE 1,20 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	420	54,51	22.894,20
82	SPS CPU 125	Próprio	LUVA DE EMENDA (UNIDUT) 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	400	35,80	14.320,00
83	SPS CPU 127	Próprio	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 20 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	248	68,38	16.958,24
84	SPS CPU 128	Próprio	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	248	92,22	22.870,56
85	SPS CPU 130	Próprio	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1 1/2", COM TAMPA CEGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	1627	UN	423	16,08	6.801,84
86	100556	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 15X15X10CM (SOBREPOR), FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	1627	UN	21	56,43	1.185,03
87	3400	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 200 X 50 X 3000 MM (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	M	1500	51,45	77.175,00
88	13180	ORSE	CURVA HORIZONTAL 90° PARA ELETROCALHA 200 X 50MM	1627	UN	629	41,28	25.965,12
89	7143	ORSE	TÊ HORIZONTAL 200 X 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	138	41,28	5.696,64
90	SPS CPU 68	Próprio	CURVA DE INVERSAO PARA ELETROCALHA 200X50 CHAPA 20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	274	232,17	63.614,58
91	SPS CPU 69	Próprio	ANILHA DE IDENTIFICACAO PARA CABOS DE 0 A 9 (KIT 100 PECAS) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	10	1,57	15,70
92	101798	SINAPI	TAMPA PARA CAIXA TIPO R1, EM FERRO FUNDIDO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,40 X 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	1627	UN	11	463,77	5.101,47
93	97670	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 100 (4"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA -	1627	M	100	26,55	2.655,00

			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021					
94	SPS CPU 74	Próprio	REDE ENTRADA SUBTERRANEA ENVELOPADA EM CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	100	170,60	17.060,00
95	SPS CPU 132	Próprio	CABO AUTOSUSTENTADO 06 FO MONOMODO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	1960	36,20	70.952,00
96	SPS CPU 133	Próprio	CABO AUTOSUSTENTADO 24 FO MONOMODO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	500	43,70	21.850,00
97	103491	SINAPI	CONCRETAGEM COMO PROTEÇÃO MECÂNICA ADICIONAL NO REATERRO PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	1627	M³	5	784,70	3.923,50
98	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	27600	8,62	237.912,00
99	12984	ORSE	PLACA CEGA PARA CAIXA DE PVC 4" X 2", PARA TOMADAS E INTERRUPTORES	1627	UN	50	4,12	206,00
100	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	UN	1876	39,57	74.233,32
101	SPS CPU 70	Próprio	TERMINAL OLHAL PRE-ISOLADO COM PINO 4,0MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1012	2,41	2.438,92
102	101879	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	61	874,82	53.364,02
103	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	372	17,27	6.424,44
104	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	600	15,68	9.408,00
105	91992	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E	1627	UN	2000	53,35	106.700,00

106	91857	SINAPI	INSTALAÇÃO. AF_03/2023 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	1000	18,93	18.930,00
107	SPS CPU 131	Próprio	TERMINAL PINO PRE- ISOLADO COM PINO 4,0MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1030	7,31	7.529,30
108	91933	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI- CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	3000	20,93	62.790,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1: R\$ 15.392.843,46								

GRUPO 2 - IFMT - CAMPUS SORRISO								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSERV	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM (R\$)
109	4654	ORSE	LOCAÇÃO DE CONTAINER - ALMOXARIFADO SEM BANHEIRO - 6,00 X 2,40M - REV 02_02/2022	1627	MES	4	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00
110	91677	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1627	H	300	R\$ 122,67	R\$ 36.801,00
111	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1627	MES	4	R\$ 6.571,22	R\$ 26.284,88
112	98305	SINAPI	RACK FECHADO PARA SERVIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	3	R\$ 2.802,16	R\$ 8.406,48
113	8460	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE PAREDE 19" X 16U X 450MM	1627	UN	4	R\$ 932,50	R\$ 3.730,00
114	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	6	R\$ 1.278,62	R\$ 7.671,72
115	SPS CPU 113	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 2,50 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	140	R\$ 236,47	R\$ 33.105,80
116	SPS CPU 114	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 1,50 M- AF_11/2019 -	1627	UN	70	R\$ 205,18	R\$ 14.362,60

			FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
117	98304	SINAPI	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	5	R\$ 3.927,10	R\$ 19.635,50
118	01CP	Próprio	PATCH CORD (CABO DE REDE), CATEGORIA 6 (CAT 6) UTP, 23 AWG, 4 PARES, EXTENSAO DE 3,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	80	R\$ 302,65	R\$ 24.212,00
119	03CP	Próprio	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 5,0M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	70	R\$ 283,93	R\$ 19.875,10
120	SPS CPU 71	Próprio	CONECTOR FEMEA PARA RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	320	R\$ 33,21	R\$ 10.627,20
121	98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	M	20320	R\$ 14,32	R\$ 290.982,40
122	SPS CPU 72	Próprio	ORGANIZADOR DE 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	14	R\$ 48,73	R\$ 682,22
123	SPS CPU 75	Próprio	TAMPA CEGA 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	80	R\$ 66,90	R\$ 5.352,00
124	SPS CPU 76	Próprio	MÓDULO CEGO P/ PATCH PANEL - PRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	50	R\$ 40,15	R\$ 2.007,50
125	SPS CPU 73	Próprio	DISTRIBUIDOR INTERNO OPTICO DIO 24 FIBRAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	7	R\$ 1.045,50	R\$ 7.318,50
126	SPS CPU 77	Próprio	MODULO DE GERENCIAMANETO DE CABOS ÓPTICOS 24FO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	7	R\$ 1.900,02	R\$ 13.300,14
127	SPS CPU 78	Próprio	PAINEL ADAPTADOR ÓPTICO P/ 6 ACOPLADORES DUPLEX MULTIMODO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	7	R\$ 917,68	R\$ 6.423,76
128	SPS CPU 79	Próprio	PAINEL ADAPTADOR CEGO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	7	R\$ 76,40	R\$ 534,80
129	SPS CPU 80	Próprio	PIG TAIL 1,5M LC/LC MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	16	R\$ 365,40	R\$ 5.846,40
130	SPS CPU 81	Próprio	PATCH CORD ÓPTICO LC/LC 2M MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	16	R\$ 637,52	R\$ 10.200,32

131	SPS CPU 82	Próprio	KIT PARAFUSO E PORCA GAIOLA M5 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	300	R\$ 28,97	R\$ 8.691,00
132	08CP	Próprio	REGUA 19"" C/ 6 TOMADAS ELETRICAS, FUSIVEL E RABICHO DE 2,5M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	10	R\$ 333,13	R\$ 3.331,30
133	SPS CPU 83	Próprio	CAIXA DE PAREDE EXTERNA/ ESPELHO SNAP ON T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	50	R\$ 377,25	R\$ 18.862,50
134	714	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESPELHO PARA CAIXA VERTICAL 4" X 2" COM 02 SAÍDAS RJ-45 (KRONE OU SIMILAR)	1627	UN	440	R\$ 7,50	R\$ 3.300,00
135	SPS CPU 84	Próprio	CANALETA T45 PVC - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	700	R\$ 226,06	R\$ 158.242,00
136	SPS CPU 85	Próprio	CAIXA DE SUPERFICIE / ESPELHO SNAP ON - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	340	R\$ 448,65	R\$ 152.541,00
137	SPS CPU 86	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ CANALETA T45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	700	R\$ 88,41	R\$ 61.887,00
138	SPS CPU 87	Próprio	TAMPA P/ CANALETA T45 PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	700	R\$ 114,07	R\$ 79.849,00
139	SPS CPU 88	Próprio	CURVA INTERNA P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	94	R\$ 115,96	R\$ 10.900,24
140	SPS CPU 89	Próprio	CURVA EXTERNO P/ CANALETA T45 PVC BEGE - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	94	R\$ 105,46	R\$ 9.913,24
141	SPS CPU 90	Próprio	DERIVAÇÃO "L" P/ CANELATA T45 PVC BEGE + TAMPA - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	60	R\$ 121,80	R\$ 7.308,00
142	SPS CPU 91	Próprio	TERMINAL DE FECHAMENTO P/ CANALETA T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	130	R\$ 72,01	R\$ 9.361,30
143	SPS CPU 92	Próprio	ACABAMENTO P/ ENTRADA EM TETO P/ CANALETA T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	70	R\$ 344,20	R\$ 24.094,00
			LUVA DE EMENDA DA					

144	SPS CPU 93	Próprio	TAMPA P/ CANALETA T45 BR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	700	R\$ 197,06	R\$ 137.942,00
145	SPS CPU 94	Próprio	RETENTOR DE FIOS P/ CANALETA T45 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	700	R\$ 108,66	R\$ 76.062,00
146	SPS CPU 95	Próprio	ESPELHO 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	210	R\$ 91,46	R\$ 19.206,60
147	SPS CPU 96	Próprio	CAIXA 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T45 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	210	R\$ 409,88	R\$ 86.074,80
148	SPS CPU 97	Próprio	CANALETA T70 PVC 2.00 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	150	R\$ 248,75	R\$ 37.312,50
149	SPS CPU 98	Próprio	CAIXA DE SUPERFICIE / ESPELHO SNAP ON T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	24	R\$ 410,98	R\$ 9.863,52
150	SPS CPU 99	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ CANALETA T70 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	150	R\$ 74,83	R\$ 11.224,50
151	SPS CPU 100	Próprio	TAMPA P/ CANALETA T70 PVC - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	150	R\$ 117,65	R\$ 17.647,50
152	SPS CPU 101	Próprio	CURVA INTERNA P/ CANALETA T70 PVC BEGE - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	14	R\$ 161,27	R\$ 2.257,78
153	SPS CPU 102	Próprio	CURVA EXTERNO P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	10	R\$ 149,20	R\$ 1.492,00
154	SPS CPU 103	Próprio	DERIVAÇÃO "L" P/ CANALATA T70 PVC BEGE + TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	8	R\$ 498,50	R\$ 3.988,00
155	SPS CPU 104	Próprio	TERMINAL DE FECHAMENTO P/ CANALETA T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	10	R\$ 91,13	R\$ 911,30
156	SPS CPU 105	Próprio	ACABAMENTO P/ ENTRADA EM TETO P/ CANALETA T70 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	8	R\$ 256,27	R\$ 2.050,16
157	SPS CPU	Próprio	LUVA DE EMENDA DA TAMPA P/ CANALETA T70 BR - AF_11/2019 -	1627	UN	150	R\$ 75,02	R\$ 11.253,00

	106		FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
158	SPS CPU 107	Próprio	RETENTOR DE FIOS P/ CANALETA T70 - AF_11/2019 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	150	R\$ 54,10	R\$ 8.115,00
159	SPS CPU 108	Próprio	ESPELHO 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	56	R\$ 109,31	R\$ 6.121,36
160	SPS CPU 109	Próprio	CAIXA 4X2 P/ 2 CONECTORES RJ45 P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	40	R\$ 406,27	R\$ 16.250,80
161	SPS CPU 110	Próprio	DERIVAÇÃO "T" P/ CANALETA T70 PVC BEGE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	10	R\$ 12,52	R\$ 125,20
162	SPS CPU 111	Próprio	MÓDULO CEGO P/ PATCH PANEL - BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	1627	UN	40	R\$ 40,02	R\$ 1.600,80
163	8359	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 100 X 50 X 3000 MM (REF.MOPA OU SIMILAR) COM TAMPA	1627	M	450	R\$ 44,87	R\$ 20.191,50
164	SPS CPU 112	Próprio	SEPTOR DIVISOR P/ ELETROCALHA DE 100X3000 PZ - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	450	R\$ 120,36	R\$ 54.162,00
165	4531	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA METÁLICA HORIZONTAL 90° 100 X 50 MM	1627	UN	56	R\$ 36,28	R\$ 2.031,68
166	8318	ORSE	TERMINAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METALICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	30	R\$ 20,43	R\$ 612,90
167	8113	ORSE	TÊ HORIZONTAL 100 X 50 MM COM BASE LISA PERFURADA PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	30	R\$ 32,91	R\$ 987,30
168	SPS CPU 118	Próprio	ELETROCALHA - TE VERTICAL DE SUBIDA 100X50 CHAPA 20 - .FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	30	R\$ 138,23	R\$ 4.146,90
169	8443	ORSE	CURVA VERTICAL 100 X 50 MM PARA ELETROCALHA METÁLICA, COM ÂNGULO 90° (REF.: MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	56	R\$ 28,16	R\$ 1.576,96
170	13181	ORSE	REDUÇÃO CONCÊNTRICA LISA ZINCADA 150 X 50MM PARA 100 X 50MM PARA	1627	UN	30	R\$ 33,28	R\$ 998,40

			ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)					
171	9524	ORSE	TALA PLANA PERFURADA 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF.: MOPA OU SIMILAR) -REV 01	1627	UN	30	R\$ 6,31	R\$ 189,30
172	100861	SINAPI	SUPORTE MÃO FRANCESA EM AÇO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	1627	UN	360	R\$ 42,73	R\$ 15.382,80
173	725	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2" (REF. VL33 VALEMAM OU SIMILAR)	1627	UN	30	R\$ 15,56	R\$ 466,80
174	SPS CPU 119	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	120	R\$ 99,08	R\$ 11.889,60
175	SPS CPU 120	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 32 MM (1"), TIPO SEALTUBO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	200	R\$ 215,43	R\$ 43.086,00
176	SPS CPU 121	Próprio	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM ACO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 50 MM(1 1/2"), TIPO SEALTUBO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	140	R\$ 116,85	R\$ 16.359,00
177	11817	ORSE	BOX RETO EM ALUMÍNIO DE 1"	1627	UN	30	R\$ 11,82	R\$ 354,60
178	SPS CPU 122	Próprio	BOX RETO 1.1/2" UN - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	30	R\$ 31,90	R\$ 957,00
179	SPS CPU 124	Próprio	ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, SEMI- PESADO, DIAMETRO 1 1/2", PAREDE DE 1,20 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	140	R\$ 54,51	R\$ 7.631,40
180	SPS CPU 125	Próprio	LUVA DE EMENDA (UNIDUT) 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	48	R\$ 35,80	R\$ 1.718,40

181	SPS CPU 127	Próprio	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 20 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	120	R\$ 68,38	R\$ 8.205,60
182	SPS CPU 128	Próprio	CURVA 90 GRAUS, PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	120	R\$ 92,22	R\$ 11.066,40
183	SPS CPU 130	Próprio	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1 1/2", COM TAMPA CEGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	1627	UN	230	R\$ 16,08	R\$ 3.698,40
184	100556	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 15X15X10CM (SOBREPOR), FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	1627	UN	30	R\$ 56,43	R\$ 1.692,90
185	3400	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA 200 X 50 X 3000 MM (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	M	60	R\$ 51,45	R\$ 3.087,00
186	13180	ORSE	CURVA HORIZONTAL 90° PARA ELETROCALHA 200 X 50MM	1627	UN	12	R\$ 41,28	R\$ 495,36
187	7143	ORSE	TÊ HORIZONTAL 200 X 50MM PARA ELETROCALHA METÁLICA (REF. MOPA OU SIMILAR)	1627	UN	6	R\$ 41,28	R\$ 247,68
188	SPS CPU 68	Próprio	CURVA DE INVERSAO PARA ELETROCALHA 200X50 CHAPA 20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	12	R\$ 232,17	R\$ 2.786,04
189	SPS CPU 69	Próprio	ANILHA DE IDENTIFICACAO PARA CABOS DE 0 A 9 (KIT 100 PECAS) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	14	R\$ 1,57	R\$ 21,98
190	101798	SINAPI	TAMPA PARA CAIXA TIPO R1, EM FERRO FUNDIDO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,40 X 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	1627	UN	4	R\$ 463,77	R\$ 1.855,08
191	97670	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 100 (4"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	1627	M	220	R\$ 26,55	R\$ 5.841,00

192	SPS CPU 74	Próprio	REDE ENTRADA SUBTERRANEA ENVELOPADA EM CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	220	R\$ 170,60	R\$ 37.532,00
193	SPS CPU 132	Próprio	CABO AUTOSUSTENTADO 06 FO MONOMODO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	M	600	R\$ 36,20	R\$ 21.720,00
194	103491	SINAPI	CONCRETAGEM COMO PROTEÇÃO MECÂNICA ADICIONAL NO REATERRO PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	1627	M³	5	R\$ 784,70	R\$ 3.923,50
195	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	23400	R\$ 8,62	R\$ 201.708,00
196	12984	ORSE	PLACA CEGA PARA CAIXA DE PVC 4" X 2", PARA TOMADAS E INTERRUPTORES	1627	UN	170	R\$ 4,12	R\$ 700,40
197	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	UN	390	R\$ 39,57	R\$ 15.432,30
198	SPS CPU 70	Próprio	TERMINAL OLHAL PRE- ISOLADO COM PINO 4,0MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1200	R\$ 2,41	R\$ 2.892,00
199	101879	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	14	R\$ 874,82	R\$ 12.247,48
200	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	130	R\$ 17,27	R\$ 2.245,10
201	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1627	UN	170	R\$ 15,68	R\$ 2.665,60
			TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO),					

202	91992	SINAPI	2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	UN	100	R\$ 53,35	R\$ 5.335,00
203	91857	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	560	R\$ 18,93	R\$ 10.600,80
204	SPS CPU 131	Próprio	TERMINAL PINO PRE-ISOLADO COM PINO 4,0MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1627	UN	1330	R\$ 7,31	R\$ 9.722,30
205	91933	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	1627	M	4200	R\$ 20,93	R\$ 87.906,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 2:								R\$ 2.185.510,18

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP 2024: <https://pncp.gov.br/app/pca/10784782000150/2024>

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

ID PCA no PNCP 2025: <https://pncp.gov.br/app/pca/10784782000150/2025>

Data de publicação no PNCP: 29/02/2024

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº. 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº. 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 1, de 19/01/2010.

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas no Art. 96, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, seguro-garantia ou fiança bancária, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 horas às 16h00 horas, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.9. A visita técnica deverá ser agendada com o Gerência de Manutenção e Logística – GML, através do e-mail gml.cba@ifmt.edu.br, com cópia para compras.cba@ifmt.edu.br.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário – TCU e art. 62, §3º, da Lei 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço (OS), cujas etapas observarão o cronograma elaborado pela empresa contratada, e aprovado pela Contratante:

5.1.1.1. Os serviços de manutenção somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS) e aprovação do respectivo orçamento pela Administração.

5.1.1.2. O prazo de execução dos serviços, que corresponde ao tempo determinado para que a Contratada conclua o objeto, será o descrito no cronograma físico-financeiro aprovado pela Fiscalização.

5.1.2. Após a conclusão do objeto, comunicada por escrito pela empresa Contratada, o mesmo será recebido provisoriamente pelos responsáveis pela fiscalização do contrato, mediante elaboração de termo circunstanciado, assinado pelas partes.

5.1.3. Após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo circunstanciado

assinado pelas partes.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, situado na Rua Zulmira Canavarros, nº. 95, Centro, CEP: 78.005-200, Cuiabá-MT.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07h00 às 17h00 em dias úteis e de 07h às 11h00 aos sábados.

Mecanismos formais de comunicação

5.4. Para fins de comunicação e formalização da comunicação, ficam estipulados os seguintes meios e documentos:

5.4.1. Telefones:

5.4.1.1.1. Pode ser utilizado para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente e com propósito de dar agilidade às tratativas.

5.4.1.1.2. A Contratada deverá informar os seus números de contato na Reunião Inicial com a CONTRATANTE, assim como seus demais canais de comunicação e mantê-los atualizados ao longo do contrato.

5.4.1.1.3. Atendimento telefônico, preferencialmente, na língua portuguesa, devendo operar de forma ininterrupta, no mínimo, das 07h00h às 18:00h em dias úteis.

5.4.2. Correio Eletrônico:

5.4.2.1. Deve ser utilizado para comunicações relativas a convites/convocações para reuniões, atualização de informações relevantes ao Contrato e assuntos diversos que mereçam ser documentados, para fins de auditoria, e que não estejam previstos nas demais formas elencadas. Devem ser utilizados única e exclusivamente endereços de e-mail institucionais, de ambas as partes.

5.4.2.2. Os contatos de e-mail oficiais dos envolvidos serão informados na Reunião Inicial entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nas Especificações Técnicas a este Termo de Referência.

5.5.1. A utilização dos materiais se fará somente após a respectiva aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO, que a seu critério e em razão de conhecimento, experiência e bom senso, poderá impugná-los sempre que forem julgados em desacordo com as características do projeto ou com as Normas Técnicas Brasileiras.

5.5.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA a realização dos ensaios e testes necessários à verificação da perfeita observância das especificações, no que se referirem aos materiais a serem empregados no local dos serviços, de conformidade com as exigências e recomendações das Normas Brasileiras e/ou de acordo com solicitação da FISCALIZAÇÃO.

5.5.3. Os materiais especificados poderão ser substituídos, mediante consulta prévia à FISCALIZAÇÃO, por outro equivalente técnico, desde que possuam as seguintes condições de equivalente técnico em relação ao substituído: qualidade reconhecida ou testada, equivalência técnica (tipo, função, resistência, estética e apresentação) e mesma ordem de grandeza de preço.

5.5.4. A Contratada deverá encaminhar à Fiscalização, 02 (duas) cópias dos manuais de manutenção e operação de todos os equipamentos instalados, bem como os catálogos referentes a estes e eventuais laudos técnicos emitidos por órgãos oficiais (Bombeiros, ABNT, etc.).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. Os requisitos relevantes para dimensionamento da proposta estão listados no [Caderno de Especificações Técnicas](#), anexo aos autos.

Especificações Técnicas do Serviço

5.7. Os serviços infraestrutura de rede lógica / cabeamento estruturado serão realizados em rígida observância às prescrições e exigências contidas no [Caderno de Especificações Técnicas](#) e nestas especificações, que serão parte

integrante do contrato a ser celebrado.

5.8. Os serviços deverão ser realizados sob a forma de prestação continuada ou intermitente, programada ou eventual por equipes operacionais, definidas para o tipo de atividade desenvolvida ou para a solução de situações específicas, todas supervisionadas por profissionais de nível superior que assumirão a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

5.9. Os serviços serão iniciados somente após apresentação dos seguintes documentos:

5.9.1. ART do(s) profissional(is) responsável(is) pelos serviços (no início da execução contratual);

5.9.2. Alvará de serviço de engenharia (caso necessário);

5.10. A Contratada deverá providenciar o fornecimento de toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, necessários à prestação dos serviços de , em conformidade com especificações, normas técnicas e demais condições.

5.10.1. A Contratada deverá observar em todo o período de execução dos serviços as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial: [NR-1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais](#); [NR-4 - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho](#); [NR-6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI](#); [NR-7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional](#); [NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade](#); [NR-18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção](#); [NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho](#) e [NR-35 - Trabalho em Altura](#).

5.10.2. Todos os empregados do CONTRATADO deverão desenvolver suas atividades devidamente identificados e uniformizados, exceção feita ao engenheiro.

5.10.3. Os empregados do CONTRATADO deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) adequados às suas atividades, bem como estarem permanente e devidamente uniformizados de forma condizente com sua circulação nos ambientes da CONTRATANTE.

5.10.4. Se durante a vigência contrato houver troca do responsável técnico, este fato deverá ser previamente informado à FISCALIZAÇÃO e será providenciada nova A.R.T. ou R.R.T, conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA;

5.10.5. A Contratada deverá manter durante a vigência de todo o contrato, profissionais com os bons requisitos de qualificação.

5.10.6. A Contratada deverá indicar o seu representante (preposto) da Contratada perante o Contratante.

5.11. Havendo discrepância entre as reais condições existentes no local e os elementos destas especificações, a ocorrência será objeto de comunicação, por escrito, à FISCALIZAÇÃO, a quem competirá deliberar a respeito;

5.12. Todos os elementos constantes nos desenhos, planilha orçamentária e especificações deverão ser executados. Os desenhos, planilha orçamentária e as especificações se completam e os seus conteúdos valem isoladamente podendo, portanto, um elemento constar apenas de uma destas partes;

5.13. Em caso de divergências entre as informações dos desenhos e das especificações, predominarão as especificações e estas sobre os detalhes e, nos detalhes, prevalecerão os de maior escala.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.14. A garantia dos serviços será de **5 (cinco) anos**, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e os vícios verificados dentro deste prazo deverão ser reparados pela CONTRATADA.

5.15. A CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das falhas e omissões de projetos detectadas na execução, independentemente de terem sido consignadas na vistoria final e de sua responsabilidade civil.

5.16. Todo chamado em garantia deverá ser atendido e solucionado no prazo de até 05(cinco) dias úteis ou prazo inferior definido pela Administração, considerando os fatores de risco ou prejuízos à prestação dos serviços públicos.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.17. Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o "as built", elaborado pelo responsável por sua execução, manuais de manutenção e operação de todos os equipamentos instalados, bem como os catálogos referentes a estes e eventuais laudos técnicos emitidos por órgãos oficiais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis,

quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I-G, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.2. Na medição dos serviços executados não será considerada a alocação de materiais em obra, mas tão somente aquelas efetivamente instaladas e executadas em sua plenitude.

7.3. Nos termos do Item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1. não produzir os resultados acordados,

7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos **provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e

administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser

observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de **irregularidade** do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19.1. Sendo a Contratada optante pelo SIMPLES NACIONAL, ela deverá apresentar o respectivo termo de opção (original ou cópia autenticada), juntamente com o documento de cobrança.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**. Tal opção foi selecionada por entender que trata-se de um serviço que pode ser mensurado por unidade de medida autônoma, logo os pagamentos correspondem ao quantitativo dos serviços efetivamente executados.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e

poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da **Pessoa Jurídica** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** do domicílio ou sede da empresa, em plena validade. Caso o registro no CREA da licitante seja de outra localidade, será exigido, por ocasião da assinatura do contrato, o visto do CREA no local da prestação dos serviços.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do(s) **profissional(is)** abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de **atestado de responsabilidade técnica e Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente registrado no conselho competente, comprovando a responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes também abaixo indicado(s):

8.32.1. Possuir no quadro permanente da empresa, como responsável técnico, 01 (um) Engenheiro Eletricista ou 01 (um) Engenheiro de Comunicação/Telecomunicação, o qual será o(s) responsável técnico e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, devendo possuir registro em entidade profissional competente e ser detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, comprovando estar apto ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

8.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.34. O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.36. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.36.1. Fornecimento e instalação de Cabo Óptico com 24F para uso interno: 250 (duzentos e cinquenta) metros;

8.36.2. Fornecimento e instalação de Distribuidor Interno Óptico completo 24F: 10 (dez) DIO's completos; e

8.36.3. Certificação de Cabeamento Óptico: 48 (quarenta e oito) fibras.

8.37. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.37.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.37.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 17.559.423,64 (Dezesete milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos)**., conforme custos unitários apostos na item 1.1 deste Termo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Tal seção não se aplica por se tratar de uma compra realizada por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP).

11. REAJUSTE (art. 92, V)

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (SICRO) e ORSE, ambas do mês Dezembro do ano de 2023.

11.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

12.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

12.1.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.1.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da

atividade.

13.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

13.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

13.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.1.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

13.1.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

13.1.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

13.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.1.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

13.1.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

13.1.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.1.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

13.1.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.1.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

13.1.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

13.1.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.1.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional

do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.1.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.1.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

13.1.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.1.38.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

13.1.38.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

13.1.38.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.38.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.1.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

13.1.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- 13.1.39.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 13.1.39.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 13.1.40.** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 13.1.41.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 13.1.42.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 13.1.43.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 13.1.44.** Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 13.1.44.1.** Projeto Executivo das Instalações de Infraestrutura de Rede Lógica/Cabeamento Estruturado;
- 13.1.44.2.** A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 13.1.45.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

14. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 14.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação

firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 15% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações apresentadas nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Correspondência da Infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% do valor do serviço em execução
2	5% do valor do serviço em execução
3	7% do valor do serviço em execução
4	9% do valor do serviço em execução
5	12% do valor do serviço em execução

Quadro 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5
02	Não cumprir, sem justo motivo, os prazos acordados previamente com a fiscalização.	5
03	Não atender às determinações da fiscalização sem motivo justificado.	4
04	Executar qualquer atividade sem a utilização de equipamentos de proteção individual – EPI.	3
05	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ao executante	3

	ou a terceiros.	
06	Não proteger móveis e equipamentos.	2
07	Manter funcionários desqualificados para executar os serviços.	2
08	Executar serviço em desconformidade com as normas técnicas e com a boa prática de engenharia.	2
09	Fazer uso de materiais inadequados, de baixa qualidade ou ainda de materiais não aprovados pela fiscalização, durante a execução dos serviços.	2
10	Fazer uso das dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	1
11	Não providenciar substituto de qualquer integrante da equipe, com igual qualificação.	1
12	Permitir a presença de empregado, não uniformizado ou mal apresentado.	1
13	Não sinalizar as áreas em serviços	1
14	Não substituir empregado afastado pela fiscalização por conduta inconveniente ou incompatível com as suas atribuições.	1

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. ANEXOS

16.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I-A - Caderno de Especificações Técnicas;

16.1.2. Anexo I-B - Estudo Técnico Preliminar (ETP);

16.1.3. Anexo I-C - Planilha de Estimativa de Custos, contendo Orçamento Sintético, Composição de Custos Unitários e Composição do BDI;

16.1.5. Anexo I-D - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

17. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANA TAIS GOES FREITAS

Demandante - Presidente da Equipe de Planejamento
PORTARIA 363/2023 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT
Matrícula SIAPE nº. 3253647

TONY INACIO DA SILVA

Membro Técnico da Equipe de Planejamento
PORTARIA 363/2023 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT
Matrícula SIAPE nº. 1545709

DEUZIMAR LIRA DE MATOS

Membro Administrativo da Equipe de Planejamento
PORTARIA 363/2023 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT
Matrícula SIAPE nº. 1958296

FERNANDO LUIZ DA SILVA ALMEIDA

Membro Administrativo da Equipe de Planejamento
PORTARIA 363/2023 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT
Matrícula SIAPE nº. 1107631

KAMILA ALMEIDA OLIVEIRA

Membro Administrativo da Equipe de Planejamento
PORTARIA 363/2023 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT
Matrícula SIAPE nº. 2268814

18. APROVAÇÃO DO DOCUMENTO PELO ORDENADOR DE DESPESAS DA UASG:

Cuiabá-MT, 20 de dezembro de 2024.

VALTEMIR EMERENCIO DO NASCIMENTO

Diretor Geral Substituto do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva
PORTARIA 331/2023 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT, de 15 de fevereiro de 2023

Documento assinado eletronicamente por:

- Tony Inacio da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/12/2024 11:53:29.
- Kamila Almeida Oliveira, GERENTE - CD0004 - CBA-GEAF, em 20/12/2024 11:57:41.
- Fernando Luiz da Silva Almeida, Coordenador de Tecnologia de Informação - FG0001 - CBA-CTI, em 20/12/2024 11:58:34.
- Deuzimar Lira de Matos, COORDENADOR(A) - FG0001 - CBA-CCL, em 20/12/2024 13:43:05.
- Valtemir Emerencio do Nascimento, DIRETOR(A) GERAL - SUBSTITUTO - CBA-DG, em 20/12/2024 13:48:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 783788
Código de Autenticação: 2800474d21



TERMO Nº 14/2024 - CBA-DAP/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT